

## **Representação e linguagem na prática institucional jurídica**

**Rosalice Pinto**

Neste trabalho, propõe-se trazer uma reflexão sobre a existência de uma 'possível' correlação entre a *linguagem atrelada a textos de natureza jurídica* e as representações a ela associadas. Procura-se, com isso, a partir de estudos empíricos, atestar a tese defendida por Friedrich (2009), veiculada à Teoria buhleriana sobre a linguagem, da interdependência entre os fenômenos psíquicos e linguísticos. Assim, seguindo prioritariamente pressupostos teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo bronckartiano, procura-se, por um lado, identificar as estratégias linguísticas que podem vir a invocar representações mais sociais ou individuais percebidas através de textos jurídicos; por outro, tenciona-se descrever essas mesmas representações. A partir de fundamentos teóricos de áreas do conhecimento distintas e complementares (Ciências da Linguagem, Ciências Jurídicas e Psicologia Social), parte-se de três pressupostos. Primeiramente, considera-se que todo texto pertence forçosamente a um gênero textual/discursivo. Com isso, os recursos linguísticos *selecionados* para a produção textual são constrangidos por aspectos de natureza genérica. Dessa forma, preconiza-se, aqui, uma metodologia descendente de análise (parte-se da prática social para a análise dos gêneros textuais/dos textos e de sua materialidade 'multimodal'). Em segundo lugar, enfatiza-se que a linguagem, enquanto parte constitutiva de uma prática social, deve estar relacionada às representações (sendo estas socialmente co-construídas) - Moscovici (2012). Além disso, essas mesmas representações, socialmente construídas pelas/nas interações, refletem o caráter histórico, cultural e social a elas associado – Bronckart (2004). No intuito de atestar a tese defendida, alguns excertos de fontes do Direito Tributário Português (Lei Geral Tributária, Código de Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares), são selecionados. Os exemplos apresentados são extraídos de versões recentes desses documentos, atualizações de 2010 e 2015, respectivamente.

### **Referências**

- BRONCKART, J.-P. (2004). Agir et discours en situation de travail. *Cahiers de la Sciences de l'Education* 103.
- BÜHLER, K. (2009). *Théorie du langage. La fonction représentationnelle*. Marseille: Agone.
- FRIEDRICH, J. (2009). Karl Bühler: une pensée du langage. *Verbum* XXXI, n. 1-2, p. 2-26.
- MOSCOVICI, S. (2012). *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- PINTO, R. (2013). Segurança e linguística. In: Manuel Pires & Rita Calçada Pires. *Segurança e Confiança Legítima do Contribuinte*. Coleção Ensaios. Lisboa: Universidade Lusíada, pp. 381-397.